



Financiado pela União Europeia (10º FED) e pelo Governo de Portugal, através do Camões, I.P., instituto também responsável pela execução, o PACED tem como objetivos a afirmação e consolidação do Estado de direito nos PALOP e Timor-Leste, a prevenção e luta contra a corrupção, o branqueamento de capitais e a criminalidade organizada, em particular o tráfico de estupefacientes.

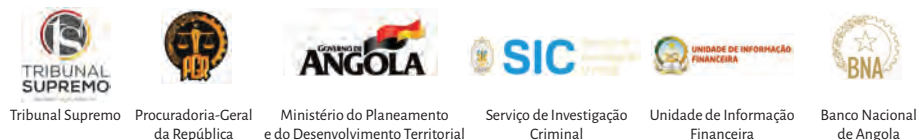
Com duração prevista até maio de 2018, a sua intervenção centra-se na melhoria do ambiente legal e da organização administrativa, no fortalecimento das capacidades institucionais e atualização dos procedimentos operacionais e no reforço da cooperação regional PALOP e Timor-Leste.



Em 2017, o grupo PALOP-TL - Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste - comemora o 25.º aniversário do programa de cooperação regional com a União Europeia, PALOP-TL/EU.

Para contribuir para o reforço da identidade comum dos PALOP-TL esta celebração inclui um conjunto de atividades de natureza cultural e académica. Consulte o programa em: www.eeas.europa.eu/

Com o apoio de:



Esta publicação foi produzida no âmbito do PACED com o apoio da União Europeia e do Camões, I.P. Os seus conteúdos são da responsabilidade exclusiva dos seus autores e não podem ser entendidos como expressão das opiniões e das posições da União Europeia ou do Camões, I.P.

CONFERÊNCIA

BOA GOVERNAÇÃO, ESTADO DE DIREITO E POLÍTICAS CRIMINAIS

5 de junho 2017

Luanda | Angola



Organização



Com o financiamento da União Europeia e do Camões, I.P.

O Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito (PACED), nos países africanos de língua oficial portuguesa e em Timor-Leste (PALOP-TL), tem como objetivo principal a consolidação do Estado de direito através da valorização dos princípios de boa governação e de transparência no exercício da atividade pública.

Como se realça nos vários instrumentos que conformam a criação e a implementação desse projeto, a sua finalidade consiste em melhorar a capacidade dos PALOP e Timor-Leste para prevenir e lutar eficazmente contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado, especialmente tráfico de estupefacientes.

Concretizar as políticas públicas necessárias nestes domínios, de forma a consolidar o Estado de direito, não pode deixar de ser integrado numa lógica de articulação entre as várias instituições nacionais envolvidas na dimensão de cooperação.

A justiça criminal é, de entre as várias dimensões da administração da justiça, aquela que exige uma maior ponderação nas garantias do Estado de direito, não só da efetiva reintegração dos mais essenciais valores legais e jurídicos violados, como também da concretização dos direitos fundamentais de quem se encontra diretamente visado pela ação preventiva e repressiva do direito criminal.

Quando se fala da justiça criminal e sobretudo na prevenção e combate a formas de criminalidade mais complexas, como a criminalidade organizada e a de cariz económico-financeiro, torna-se notório que as difíceis e exigentes atividades da investigação criminal e da administração da justiça deverão ser acompanhadas por um consistente desenvolvimento de estratégias de organização e gestão dos serviços e dos procedimentos.

Com esta conferência, que dá início ao “Seminário de Governação e Organização da Justiça Criminal” – conciliando-se, assim, as virtudes de uma reflexão mais alargada com um ciclo formativo de carácter teórico-prático –, pretende-se desenvolver os temas da governação e da organização do sistema judicial, bem como da gestão da investigação criminal, através da promoção do debate jurídico e judiciário em torno desta temática e seguindo uma lógica de análise e aprofundamento do Estado de direito.

PROGRAMA

09:00H	Registo
09:30H-10:30H	Sessão de abertura
10:30H-12:15H	1.º Painel: Constituição, governação e Estado de direito Moderador: Américo Garcia, Venerando Conselheiro do Tribunal Constitucional (Angola) Boa governação e Estado de direito Orador: Jorge Bacelar Gouveia, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (Portugal) Estado de direito e economia Orador: Carlos Feijó, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (Angola) Debate
Almoço	
14:00H-15:30H	2.º Painel: A reforma da justiça e a administração judiciária Moderador: Onofre dos Santos, Venerando Conselheiro do Tribunal Constitucional (Angola) A administração judiciária na experiência brasileira e internacional Orador: António César Bochenek, Juiz Federal e Presidente do Instituto Brasileiro de Administração do Sistema Judiciário (Brasil) Reforma da organização judiciária angola: história e presente Orador: Joaquina Nascimento, Veneranda Conselheira do Tribunal Supremo (Angola) Debate
15:30H-16:00H	<i>Pausa para Café</i>
16:00H-17:30H	3.º Painel: Governação e organização da justiça criminal Moderador: Beato Paulo, Digníssimo Procurador-Geral Adjunto da República (Angola) Uma gestão para a investigação criminal Orador: José Mouraz Lopes, Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas e Consultor Científico do PACED (Portugal) Governar, administrar e organizar a justiça Orador: Nuno Coelho, Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Lisboa e Consultor Científico do PACED (Portugal) Debate
17:30H	Sessão de Encerramento